



**GT2. Impacto da crise econômica global nas Américas**  
**30 agosto - 1 setembro, 2012. Cidade do Panamá, Panamá**

## **As consequências políticas e sociais da crise financeira internacional na América Latina**

**Dra. Laura Gomez-Mera**

*O colapso do mercado hipotecário dos Estados Unidos, em 2007, foi o que desencadeou a última crise financeira internacional, que se expandiu primeiro aos mercados de investimento e depois à economia real. A agitação dos mercados financeiros se traduziu em uma forte queda nos níveis de consumo, nos investimentos e nas expectativas de crescimento. Apesar de as economias industriais desenvolvidas da América do Norte e da Europa terem sido o epicentro da crise, os países latino-americanos começaram a sentir os seus efeitos adversos em 2009. As consequências da crise econômico-financeira internacional chegaram à América Latina e ao Caribe através de três mecanismos principais: a queda no preço das commodities (causando um impacto subsequente nas rendas provenientes das exportações), o acesso irregular aos mercados de crédito e a interrupção da entrada de capitais estrangeiros.*

*No entanto, a forma e o alcance dos efeitos destes mecanismos diferem de um país para o outro. O impacto sobre o México e os países da América Central e do Caribe foi mais forte devido aos seus estreitos vínculos econômicos com os Estados Unidos, que não só incluem o intercâmbio de bens e serviços, como também importantes fluxos migratórios e de remessas. Ademais, as economias da América Central e do Caribe também se viram gravemente afetadas pela notável queda do turismo. Por outro lado, a queda dos preços das commodities e das oportunidades de exportação, que se traduziram em maiores níveis de desemprego e em um ritmo de crescimento inferior, foram os dois fatores que mais afetaram os países sul-americanos. Depois de vários anos de expansão, o ano de 2009 encontrou muitos desses países, entre eles o México e o Brasil, com um crescimento negativo. Porém, e diferente de episódios anteriores de crises internacionais, os países de América Latina mostraram uma rápida recuperação da recente crise mundial. As taxas de crescimento médio, que tinham caído a -1,7% em 2009, subiram 5,7% em 2010.*

*Muito se escreveu sobre as causas e as consequências econômicas da crise financeira internacional para as economias emergentes e os países em desenvolvimento. No entanto, as implicações políticas e sociais destes choques econômicos receberam menor atenção. A intenção deste trabalho é contribuir para elucidar esta questão, portanto se focalizam as economias latino-americanas. Em geral, uma crise econômica desta magnitude gera altos níveis de incerteza, enfraquecimento da confiança dos consumidores e dos investidores e aumento das demandas sociais ao Estado. As crescentes pressões sobre os atores políticos em um contexto de recursos limitados podem debilitar a legitimidade das instituições em sistemas democráticos. Qual foi a resposta dos governos da América Latina diante das dimensões políticas e sociais da crise econômica mundial? Em que medida e de que maneiras a estabilidade da governança democrática na região se viu afetada pela crise?*

### **Efeitos políticos e socioeconômicos da crise financeira internacional**

Os efeitos macroeconômicos dos choques financeiros externos tendem a estar acompanhados por importantes problemas socioeconômicos. As contrações econômicas que são consequências de fatos como a queda nas exportações se traduzem na redução dos níveis de emprego e em aumentos temporários da pobreza medida em função da renda. O desemprego e a redução do crescimento no

setor orientado às exportações também podem afetar a distribuição da renda, o que aprofunda o grave problema da desigualdade nas economias latino-americanas.

É comum que a deterioração das variáveis socioeconômicas tenha consequências políticas, o que aumenta as tensões sociais e aprofunda as divisões políticas e de classes. Apesar da diminuição da renda fiscal, os governos devem enfrentar cada vez mais pressões sociais e exigências de ressarcir os grupos mais afetados pela crise. Esta situação é particularmente problemática nos países com um Estado débil e limitado em termos de recursos técnicos e financeiros. A incapacidade do governo para responder às exigências dos cidadãos pode minar o apoio às instituições democráticas. Ao mesmo tempo, a limitada disponibilidade de recursos pode implicar uma maior competição e tensão entre grupos sociais, com o aprofundamento consequente da divisão entre capital e trabalho e/ou entre os setores urbanos e rurais. Por último, os efeitos da crise podem criar conflitos entre os diferentes níveis de governo, já que as autoridades nacionais, estatais e locais devem competir por recursos fiscais limitados.

Além disso, a crise também pode ter consequências políticas no âmbito internacional. Se os governos dos países em desenvolvimento não podem enfrentar os efeitos da crise econômica com os seus próprios recursos, talvez se vejam obrigados a recorrer a entidades financeiras internacionais e outros governos doadores para solicitar ajuda externa. No caso de muitos governos latino-americanos, e à luz da ênfase que se põs sobre a autonomia nacional e a sua recusa dos princípios econômicos “neoliberais”, esta situação seria entendida como um retrocesso significativo.

Choque externo	Efeitos macroeconômicos	Efeitos socioeconômicos	Possíveis consequências políticas
Queda no preço das <i>commodities</i>	Contração das exportações	Aumento nas taxas de desemprego	Mais tensões sociais
Queda no fluxo de remessas	Diminuição do ingresso de capitais	Redução dos níveis de renda disponíveis	Crescentes demandas de ressarcimento social
Acesso limitado aos mercados de capitais estrangeiros e instabilidade dentro de tais mercados	Diminuição da renda fiscal	Mais pobreza e desigualdade	Crescente politização do sistema tributário
	Deterioração da conta corrente	Mais delitos e insegurança	Surgimento/aprofundamento da divisão de classes (capital/trabalho ou rural/urbano)
	Redução do consumo e dos investimentos		Maior intervenção estatal
	Taxas de juros mais altas		Instabilidade política e mudanças eleitorais
	Instabilidade da taxa de câmbio		Diminuição do apoio às instituições democráticas

**Table 1:** Macroeconomic, Socioeconomic and Political Effects of External Shocks  
Source: Author's work based on OAS (2009)

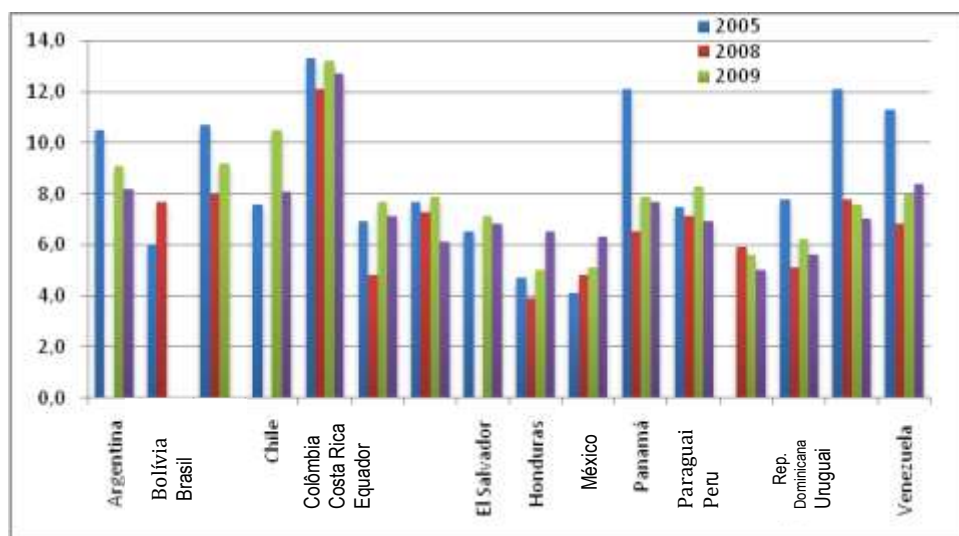
#### a) Níveis de desemprego

O mercado de trabalho é um dos principais mecanismos de transmissão entre a contração da economia, a renda familiar e os níveis de pobreza. A queda na demanda de mão de obra se traduz em maior desemprego, na diminuição dos salários reais e na piora das condições profissionais. A última crise financeira teve um efeito negativo, ainda que relativamente moderado, na evolução dos mercados de trabalho da América Latina. De fato, reverteu (apesar de ter sido de maneira temporária) o progresso significativo dos anos anteriores. Entre 2004 e 2008, o desemprego na região caiu de 11% a 7,4% (OIT, 2011). No primeiro semestre de 2009, aumentou mais de 1%. No entanto, tanto os níveis de atividade econômica, como os de emprego mostraram uma rápida recuperação em 2010. A renda per capita aumentou 4,8%, enquanto que os níveis de desemprego retrocederam aproximadamente 7,7% em 2010.



**Figura 1:** Desemprego total e taxa de desemprego, 1999-2010  
 Fonte: OIT, Tendências Mundiais do Emprego (2011)

Apesar disso, existem importantes diferenças entre os países e entre os diferentes tipos de trabalhadores. Os trabalhadores assalariados do Chile e do Brasil e todos os tipos de trabalhadores do México parecem ser os mais afetados pela crise (Freije e Murrugarra, 2009). Na verdade, o desemprego total parece ter aumentado em menos de dois pontos percentuais nas outras quatro economias mais importantes da América Latina, concretamente na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru (Ferreira e Schady, 2009). Os dados indicam que a diminuição do salário real no setor industrial também foi moderada no período 2008-9.



**Figura 2:** Taxas de desemprego, 2005-2010  
 Fonte: Preparado pela autora a partir de dados da CEPAL (2011)

### b) Redução da pobreza

A região da América Latina conseguiu avanços significativos em termos de redução da pobreza nos anos prévios à crise. Entre 2002 e 2007, a quantidade de pessoas que viviam na pobreza caiu em quase dez pontos percentuais. Neste contexto, a crise só teve um efeito moderado, já que se limitou a gerar uma diminuição na taxa de redução da pobreza (ver Tabela 2). A porcentagem de pessoas que vivia na pobreza diminuiu apenas levemente, de 33,2% em 2008 a 33% em 2009. Esta tendência se manteve em 2010: o nível de pobreza caiu a 31,4% e a pobreza extrema se reduziu em quase um ponto percentual em comparação com 2009 (CEPAL, 2011).

Ano	Nível de pobreza (%)
1980	40,5
1986	43,3
1990	48,4
1994	45,8
1997	43,5
1999	43,8
2002	43,9
2005	39,7
2006	36,2
2007	34,0
2008	33,2
2009	33,0
2010	31,4

**Tabela 2:** Níveis de pobreza na América Latina, 1980-2010\*

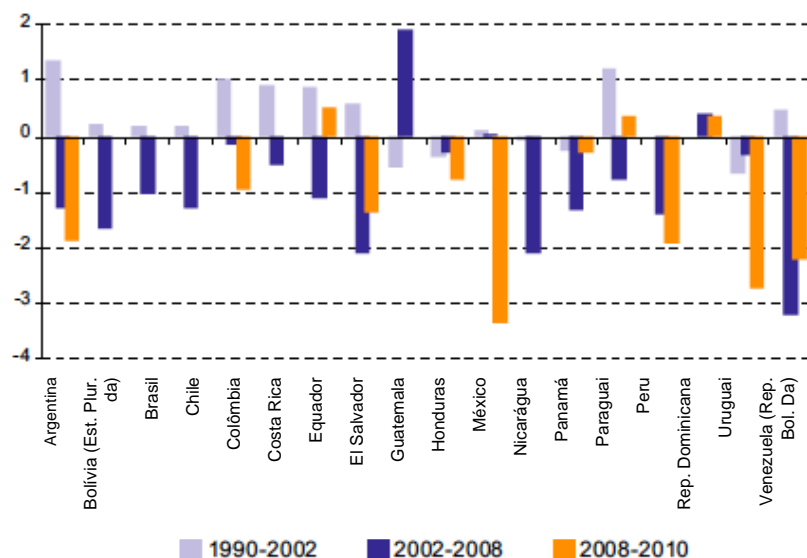
Fonte: CEPAL (2011)

\*Porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza nacional. Média de dezoito países da região, incluindo o Haiti.

Os dados disponíveis indicam que existem importantes diferenças entre os países. Cinco dos doze países contemplados na Tabela 2 (Peru, Equador, Argentina, Uruguai e Colômbia) experimentaram reduções significativas (entre -1,4 e -3,5) nas suas taxas de pobreza em 2010. Só Honduras e México apresentaram importantes aumentos nos níveis de pobreza, de 1,7 y 1,5 pontos percentuais, respectivamente (CEPAL, 2011).

### c) Desigualdade

Alguns efeitos das crises econômicas podem aprofundar a desigualdade. Em primeiro lugar, os trabalhadores menos qualificados e aqueles que trabalham de forma independente tendem a ser mais vulneráveis às variações no ciclo econômico. Muitos deles trabalham no setor da construção, que se viu particularmente afetado pela crise. Em segundo lugar, o aumento do preço dos alimentos também teve um impacto distributivo e afetou principalmente aos pobres. No entanto, a crise financeira internacional não alterou em modo significativo a tendência positiva que se observou na última década. Até 2008, o coeficiente de Gini diminuía a um ritmo de 1 % anual em mais de dez países latino-americanos. Por outro lado, os dados correspondentes a 2010 mostram que não houve um aumento substancial da desigualdade em nenhum dos onze países sobre os quais há informações. De fato, em três deles (México, Venezuela e Uruguai), o coeficiente de Gini caiu 2 %, enquanto que em outros dois (El Salvador e Peru) diminuiu 1 % (CEPAL, 2011).



**Figura 3:** Evolução do coeficiente de Gini na América Latina  
Fonte: CEPAL (2011)

Alguns analistas argumentaram que a crise também pode ter efeitos adversos em termos de desigualdade de gênero. De fato, as crises econômicas tendem a provocar um impacto maior nos grupos

sociais mais frágeis da sociedade, concretamente mulheres, crianças e minorias, que historicamente, são particularmente vulneráveis na América Latina. Em geral, as condições do mercado de trabalho são mais precárias e menos estáveis para as mulheres do que para os homens, o que as torna ainda mais vulneráveis diante de uma queda da demanda e dos salários em um cenário de crise.

## Políticas fiscais e sociais específicas para responder à crise

Em termos gerais, podemos concluir que os efeitos socioeconômicos da crise foram moderados para a maioria dos países latino-americanos. Até que ponto se pode dizer que isso seja consequência das diversas maneiras de responder dos governos? Apesar de parecer difícil estabelecer uma relação de causa direta, vários países da região implementaram uma série de medidas fiscais e sociais de emergência para contrabalancear os efeitos adversos da crise econômica. Em primeiro lugar, as principais economias da América Latina introduziram pacotes de estímulo fiscal conformados por um aumento no gasto destinado a sustentar a demanda agregada. Ademais, vários governos implementaram medidas sociais de emergência para proteger a renda dos pobres, entre elas o apoio direto à demanda profissional, os subsídios e um seguro-desemprego. Alguns também iniciaram obras públicas em infraestrutura para compensar pelo menos em parte a desaceleração que experimentou o setor da construção. Inclusive antes da crise, Brasil, por exemplo, introduziu o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que representou 2,6 % do PIB.

Existem importantes diferenças em quanto ao desenho, o alcance e o custo dos programas implementados por cada país. Alguns governos decidiram expandir os programas existentes de luta contra a pobreza, como, por exemplo, '*Bolsa Família*' no Brasil e '*Familias en Acción*' na Colômbia. Outros, como o Chile, melhoraram e ampliaram a cobertura dos planos de seguro-desemprego que se haviam introduzido em resposta a crises anteriores. O Uruguai também pôs em prática uma série de reformas similares. Em fevereiro de 2009, o governo flexibilizou os requisitos que deviam cumprir todos os trabalhadores para solicitar os benefícios e aumentou os subsídios mínimos e máximos. Também se reformaram os planos de aposentadoria e pensão de ambos os países.

País	Pacote de estímulo fiscal total	Medidas sociais
Argentina	USD 4.400 milhões 1,27% do PIB	1) Subsídio de 10 % do custo profissional (12 meses), com 12 meses de extensão 2) Estímulo (mediante incentivos) para a formalização de trabalhadores 3) Plano para gerar 100 mil postos de trabalho
Bolívia	n/a	1) Salário mínimo 2) Capacitação e treinamento de trabalhadores desempregados 3) Seguro-desemprego
Brasil	USD 8.670 milhões 0,5 % do PIB	1) Aumento na quantia para transferir a <i>Bolsa Família</i> 2) Ampliação do programa social <i>Bolsa Família</i> a 1,3 milhões famílias mais 3) Ampliação do seguro-desemprego para trabalhadores despedidos desde dezembro de 2008
Chile	USD 4.000 milhões 2,2 % do PIB	1) Subsídio ao emprego para jovens com baixos salários e transferências adicionais de dinheiro em espécie para lares de baixa renda 2) Ampliação do Fundo de Desemprego Solidário para dar acesso a todos os trabalhadores demitidos
Colômbia	n/a	1) Aumento do investimento do governo em obras públicas 2) Aumento de 1,5 milhões no número de famílias beneficiadas pelo programa <i>Familias en Acción</i> 3) Crescimento de 42% nos programas sociais
México	USD 13.300 milhões 1,49% do PIB	1) Ampliação de 40% do programa de emprego temporário a nível federal com relação ao previsto, até alcançar 160 milhões de dólares em 2009 2) Programa de preservação do emprego. Serão destinados 140 milhões de dólares com o fim de resguardar as fontes de trabalho nas empresas mais vulneráveis 3) Apoio a desempregados do setor urbano (USD 110 mensais) durante um período de quatro a seis meses através do Programa de Emprego

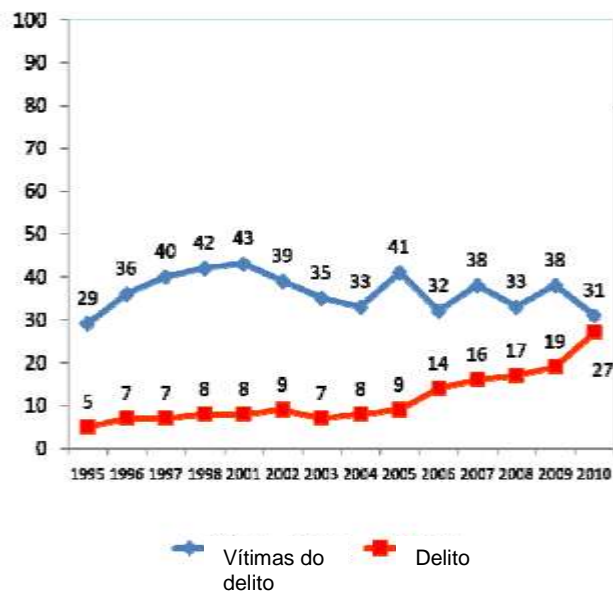
		Temporário Urbano.
Peru	USD 4.000 milhões 3,2 % do PIB	1) Programa especial de reconversão profissional para apoiar a reinclusão dos trabalhadores que perdem o trabalho 2) Investem-se recursos adicionais para a manutenção e equipamento de instituições de educação e saúde e se ampliam os orçamentos de programas sociais

**Tabela 3:** Medidas fiscais e sociais  
Fonte: Ferreira e Schady (2009)

## Implicâncias políticas

Ao longo das últimas duas décadas e no contexto de graves crises econômicas, vários presidentes da América Latina que foram eleitos democraticamente não puderam terminar os seus mandatos. Na verdade, sete de quinze presidentes que deixaram o seu cargo antes de tempo entre 1985 e 2004 o fizeram depois de enfrentar condições econômicas adversas, entre as elas a alta inflação (e em alguns casos, hiperinflação), déficits fiscais, desvalorização da moeda e turbulências no sistema bancário. No último quinquênio, o desempenho econômico relativamente sólido de muitos países da região contribuiu para aumentar a estabilidade política e respaldar a democracia.

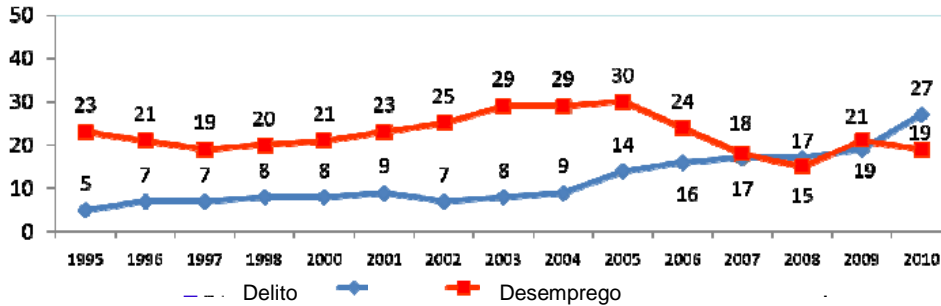
Apesar disso, a crise financeira recente e os seus efeitos socioeconômicos propuseram novos desafios para os atores políticos latino-americanos. A crise piorou as tendências atuais, tais como os altos e persistentes níveis de insegurança e de delitos violentos, a polarização política e a falta de confiança nas instituições políticas. De acordo com os dados levantados pela pesquisa do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP), a “taxa de vitimização” (que mede a exposição dos cidadãos latino-americanos aos delitos violentos) aumentou de 33% em 2008 para 38% em 2009 (Latinobarômetro, 2010). No entanto, esta taxa caiu a 31% em 2010. Os dados da pesquisa também indicam que a percepção da gravidade da delinquência também está em aumento. A porcentagem de entrevistados que opinaram que o delito é o problema mais grave do seu país aumentou de 17% em 2008 para 19% em 2009, e alcançou 27% em 2010.



**Figura 4:** Taxa de vitimização e percepções do delito como problema

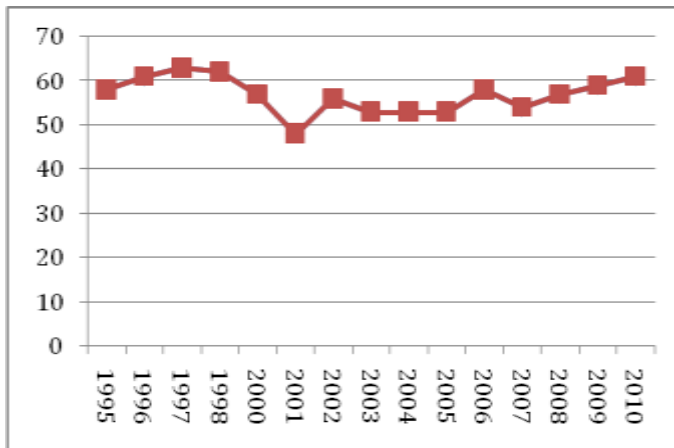
Fonte: Lagos (2010). “Delito” faz referência à porcentagem de entrevistados que responderam “delito” à pergunta: “Na sua opinião, o que você considera que é o problema mais importante no país?” “Vítima de delito” determina a porcentagem de entrevistados cuja resposta foi “sim” à pergunta: “Você ou algum parente seu já foi assaltado, agredido ou vítima de um delito nos últimos doze meses?”

Ademais, as pesquisas revelaram um dado interessante: desde 2008, uma porcentagem crescente de cidadãos latino-americanos considera que os delitos violentos são uma questão que apresenta maior gravidade do que o desemprego. Esta diferença aumentou consideravelmente em 2010, quando 27% dos entrevistados opinaram que o delito era o problema mais grave que enfrentava o seu país, em comparação com só 19% que se inclinou para o desemprego como a sua principal preocupação.



**Figura 5:** Percepções dos principais problemas dos países latino-americanos  
 Fonte: Lagos (2010)

A crise parece não ter um efeito significativo sobre os níveis gerais de apoio à democracia, que de fato aumentaram de 57% em 2008 para 59% em 2009 e para 61% em 2010. No entanto, os dados desagregados sugerem a existência de algumas diferenças entre os distintos países. A título de exemplo, o nível de apoio à democracia caiu entre 2008 e 2009 no Equador, Colômbia e Paraguai. Em 2010, alguns países da América Central, como El Salvador, Honduras, Costa Rica e República Dominicana experimentaram pequenas quedas no nível de satisfação com a democracia.



**Figura 6:** Apoio à democracia  
 Fonte: Preparado pela autora a partir de dados do Latinobarômetro (2010). Porcentagem de entrevistados que disseram estar "Muito de acordo" ou "De acordo" com a seguinte afirmação: "Você está Muito de acordo, De acordo, Em desacordo ou Muito em desacordo com as seguintes afirmações: "A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo"?"

Como comentamos antes, a incerteza por uma crise econômica costuma se transformar em uma crescente demanda de proteção social que, caso não seja satisfeita, pode provocar um descontentamento e uma tensão política cada vez maiores. Devido às limitações fiscais que muitos dos países da região (se não todos) enfrentam, a compensação social representava um desafio. No entanto, e diferente do que se podia esperar, os dados da pesquisa da LAPOP indicam que o apoio aos governos latino-americanos não se viu afetado durante a crise financeira de 2008-2009. De fato, as cifras que respaldam o apoio aos governos aumentaram de 52% em 2008 a 60% em 2009, e diminuiriam levemente (a 56 %) em 2010.

Uma vez mais, existem diferenças entre os distintos países, com uma variação na taxa de aprovação que oscila entre 30% no Peru e 85% no Brasil (em 2010). Na verdade, o Peru experimentou altos níveis de descontentamento social em 2011, quando grupos indígenas do sudeste do país se mobilizaram contra as atividades mineiras na região e três mil membros da comunidade indígena Aymara bloquearam durante mais de três semanas na estrada que une a cidade de Puno com a Bolívia. Honduras também experimentou um descontentamento político recente. Em junho de 2009, o presidente Manuel Zelaya foi removido do seu cargo e foi substituído por Roberto Micheletti, o que a maioria dos estados e organizações da comunidade internacional considerou um golpe de estado. Apesar de ser difícil

estabelecer uma relação de causa direta, se poderia especular que os problemas econômicos ocasionados pela crise externa poderiam ter contribuído a estes exemplos de agitação política.

Isto nos leva ao último ponto, que faz referência ao impacto das crises econômicas sobre a sobrevivência dos governos. Há muito tempo, os especialistas em ciências políticas insistiram na importância do desempenho econômico ao explicar o apoio eleitoral e, em especial, as possibilidades dos governantes e dos seus partidos. É de se esperar que uma recessão econômica próxima à época de eleições provoque a troca do partido governante, o que diminui as possibilidades de re-eleição de quem está no poder. Na Europa, de fato, a crise parece ter provocado importantes mudanças a nível político: os partidos de direita se fortaleceram consideravelmente e venceram as eleições em vários países, entre eles Espanha, Grã-Bretanha, Áustria, Bélgica e Suíça. Por outro lado, o descontentamento com a situação econômica se traduziu na França na vitória do candidato opositor, o socialista François Hollande, nas eleições de 2012.

Na América Latina houve eleições presidenciais em quinze países desde 2009. Em mais da metade dos casos (oito), o partido governante conservou o poder, no entanto não conseguiu conservá-lo nos sete restantes. Apesar de em alguns países como o Peru ter sido observada uma guinada para a esquerda, em outros (por exemplo, Chile e México) os partidos conservadores se fortaleceram. As provas não são, por conseguinte, demasiado conclusivas e não parecem indicar um padrão claro que vincule a crise financeira internacional com os resultados eleitorais da América Latina.

País	Data das eleições	Presidente eleito	Mudança de partido
Argentina	Outubro de 2011	Cristina Fernández de Kirchner	Não
Bolívia	Dezembro de 2010	Evo Morales	Não
Brasil	Outubro de 2010	Dilma Rousseff	Não
Chile	Dezembro de 2009	Sebastián Piñera	Sim
Colômbia	Maio de 2010	Juan Manuel Santos	Não
Costa Rica	Fevereiro de 2010	Laura Chinchilla Miranda	Não
Equador	Abril de 2009	Rafael Correa	Não
El Salvador	Março de 2009	Mauricio Funes	Sim
Guatemala	Setembro de 2011	Otto Perez Molina	Sim
Honduras	Janeiro de 2010	Porfirio Lobo Sosa	Sim
México	Junho de 2012	Enrique Peña Nieto	Sim
Panamá	Maio de 2009	Ricardo Martinelli	Sim
Peru	Abril de 2011	Ollanta Humala	Sim
República Dominicana	Maio de 2012	Daniilo Medina	Não
Uruguai	Outubro de 2009	José Mujica	Não

**Tabela 4:** Eleições presidenciais na América Latina, 2009-2012

## Bibliografia

Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2011. *Panorama Social de America Latina*. Santiago, Chile: UN-ECLAC.

Freije-Rodriguez, S. and E. Murrugarra, 2009. "Labor Markets and the Crisis in Latin America and the Caribbean," LCR Crisis Briefs, World Bank.

Ferreira, F. and N. Schady, 2009. "Social Consequences of the Global Financial Crisis in Latin America: Some Preliminary and Surprisingly Optimistic Conjectures." LCR Crisis Brief, World Bank.

International Labor Organization (ILO), 2011. *Global Unemployment Trends: The challenge of a jobs recovery*. Geneva: ILO.

Lagos, M., 2010. "Latinobarometro: 15 Years of Research on Latin America." Presentation delivered at the Interamerican Dialogue, December 7.

Latinobarometro, 2010. Data Bank. <http://www.latinobarometro.org/latino/LATDatos.jsp>.

Organization of American States (OAS), 2009. "La Crisis Económica Global: Efectos y Estrategias Políticas." OAS, Secretariat of Political Affairs.